

## Informativo Labor

Coordenação: Deborah Moraes Zouain

### **Reflexões e sugestões do setor empresarial-Rio para a mitigação dos problemas ambientais da baía de Guanabara**

O projeto Labor<sup>1</sup> tem seu foco principal na atuação das organizações produtivas situadas em áreas de municípios do estado do Rio de Janeiro envolvidos no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

Em seminário realizado recentemente (agosto de 2000) no Rio de Janeiro, promovido pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável, da Fundação Getulio Vargas (CIDS/EBAP/FGV), para discutir as perspectivas de sustentabilidade da baía de Guanabara, o setor pro-

duativo teve a oportunidade de discutir suas preocupações, bem como sugerir formas de atuar para a mitigação dos problemas. O Labor participou da organização da fase preparatória: concepção e realização de *workshop* com este setor. Os pontos abordados nesse *workshop*, juntamente com aqueles levantados pelos setores governamental e, também, o de ONGs-universidades foram encaminhados à discussão no seminário internacional. Neste artigo pretendemos apresentar um resumo dos pontos discutidos por representantes do setor produtivo no *workshop* preparatório.

O *workshop* propôs que os participantes trabalhassem a partir de três idéias-força: *responsabilidade, avanços recentes e proposição de ações*. A critério do coordenador e do facilitador do encontro (onde fosse considerado cabível), pontos norteadores para discussão poderiam ser acrescentados.

Em um balanço geral, muitas empresas têm evoluído bastante com respeito à questão ambiental nos últimos 20 anos. Especialmente algumas empresas grandes, que têm maior capacidade de investimento, têm introduzido métodos e tec-

---

<sup>1</sup> O projeto Labor está sendo desenvolvido através de convênio CNPq/FGV, com a coordenação da professora Deborah Moraes Zouain, chefe do Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa da EBAP. O projeto envolve outro centro da EBAP, o CIDS (Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável), através da participação dos pesquisadores Sueli Louro Simões da Fonseca e José Jorge Abraim Abdalla). O projeto teve início em novembro de 1999, tendo duração prevista de 24 meses. O Labor agradece a contribuição dos professores da EBAP José Antonio Puppim de Oliveira e Susana Arcangela Quachia Feichas.

nologias modernas para a melhoria da capacidade ambiental. Porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para um controle eficaz da carga poluidora industrial na baía de Guanabara.

De um lado, poucas empresas de grande porte ainda são responsáveis por grande parte da poluição industrial. De acordo com a Feema, 52 empresas são responsáveis por aproximadamente 80% da carga poluidora industrial despejada diariamente na baía. Assim, um controle pontual destas descargas é fundamental para a melhoria na qualidade ambiental da região.

De outro lado, milhares de outras indústrias, incluindo um sem-número de pequenas e médias empresas, são responsáveis pelo resto da carga poluidora (cerca de 20%). O controle desta poluição é uma questão complexa, já que muitas destas empresas não têm capacidade de investimentos nem acesso a tecnologia para reduzir suas descargas industriais. Além disso, a fiscalização pelos métodos tradicionais se torna inviável, devido ao grande número de visitas a serem feitas pelo reduzido número de fiscais dos órgãos ambientais responsáveis.

O setor público está passando por reformas para tentar tornar-se mais eficiente e também responder às demandas do cliente (a população atendida) e, assim, assemelhar-se mais ao comportamento do setor privado. De maneira similar, empresas no setor privado (ou estatais no setor produtivo) têm englobado diversas preocupações com a esfera pública, como ações ambientais e sociais, que até pouco tempo não eram encaradas como responsabilidades de empresas.

Começando na década de 1970, quando a poluição industrial causava sérios danos ao meio ambiente e à saúde da população, muitas empresas saíram da resistência a mudanças e conflitos com ambientalistas para considerar as questões ambientais como parte de sua estratégia

de negócios e tentar parcerias com atores no setor governamental e na sociedade civil. Empresas também criaram departamentos de meio ambiente e investiram somas consideráveis em projetos ambientais dentro e fora delas. Chegou-se a um ponto em que líderes empresariais, presentes ao *workshop*, até já admitem que empresas ambientalmente irresponsáveis possam vir a ser fechadas. Porém, apesar de um grande avanço, muitos argumentam que o interesse na questão ambiental ainda é parcial e pontual. Mencionam que são sempre as mesmas pessoas da área ambiental de empresas que realizam palestras e participam dos encontros. Além disso, argumentam que há muito discurso e propaganda, mas insuficientes ação e investimentos. Acreditam que a questão ambiental no Brasil ainda não aparece suficientemente forte no *mainstream* das decisões empresariais. Admitem, no entanto, que já existem avanços consideráveis na questão ambiental no âmbito empresarial.

Alguns fatores têm sido importantes para influenciar estas mudanças no setor privado.

- ▼ Primeiro, muitas empresas têm percebido que podem ganhar em produção ou economizar em recursos financeiros com a melhoria ambiental. Há muitas situações de “ganha-ganha” (melhoria ambiental e econômica ao mesmo tempo) dentro das empresas, que podem gerar retornos de curto, médio e longo prazos.
- ▼ Segundo, leis ambientais severas existem no Brasil, gerando possíveis penalidades para aquelas empresas que descuidam da questão ambiental. A tendência é que a legislação ambiental torne-se cada vez mais severa. Mudanças recentes, como a nova lei de crimes ambientais, tornaram as penas mais rígidas, responsabilizando, inclu-

sive, dirigentes empresariais e órgãos públicos que não cumprem seu papel. Além disso, muitos órgãos ambientais estão sendo criados ou tornando-se mais eficientes e equipados para fiscalizar e punir empresas por danos ambientais. Novos atores, que anteriormente não estavam presentes na arena ambiental, como o Ministério Público e a Marinha, passaram a atuar junto à fiscalização. A especialização contínua destes novos atores públicos tende a intensificar seu papel na área ambiental.

- ▼ Terceiro, tem crescido bastante o interesse da sociedade civil em relação às questões ambientais. Um número cada vez maior de organizações não-governamentais ambientalistas tem surgido em diversas partes do país. Estas organizações vêm especializando seus quadros e adquirindo um crescente poder de mobilização para determinadas questões ambientais. A pressão que alguns grupos ambientalistas exerce sobre empresas pode acarretar decisões de dirigentes empresariais no sentido de investir em melhorias ambientais. Estas pressões podem vir diretamente, sob a forma de protestos ou denúncias públicas, ou indiretamente, através de ações judiciais ou informais que levem órgãos públicos a punir empresas por crimes ambientais.
- ▼ Quarto, o mercado cada vez mais exige produtos que sejam feitos de forma ambientalmente sustentável. Consumidores buscam informações sobre aspectos ambientais e sociais de produtos e empresas antes de efetivar a compra. Órgãos certificadores atestam a qualidade ambiental de certos produtos para orientar compradores. Muitos consumidores, inclusive, preferem pagar mais caro por uma melhor qualida-

de ambiental nos produtos. Isto abre um nicho de mercado para empresas que buscam excelência na qualidade ambiental. Ao mesmo tempo, alguns países introduzem barreiras sanitárias e ambientais em alguns produtos.

- ▼ Finalmente, investidores financeiros têm começado a olhar cuidadosamente o “currículo ambiental” das empresas antes de comprar ações. O sistema de Dow Jones da bolsa de Nova York, por exemplo, criou o *sustainability index* (índice de sustentabilidade) para medir a *performance* ambiental de empresas. Verificou-se que as ações das 200 empresas mais responsáveis ambientalmente valorizam substancialmente mais que a média. Além do mais, já existem diversos fundos que priorizam investimentos em empresas ambientalmente ou socialmente responsáveis, de acordo com critérios e redes de informações criados por eles. Estes fundos estão-se tornando mais conhecidos nos últimos anos.

No contexto da baía de Guanabara, alternativas para o comando e controle baseadas em incentivos e sistemas de checagem e balanços existem ou poderiam ser criadas. Alguns incentivos e oportunidades para empresas investirem em controle e prevenção ambiental já estão disponíveis. Por exemplo, o BNDES conta com recursos para financiamento à produção limpa. Faltariam, porém, repassadores para estes recursos. Este obstáculo institucional teria de ser ultrapassado para permitir um melhor acesso ao financiamento para as empresas.

Órgãos ambientais têm oferecido oportunidades às empresas para cumprirem a legislação por meio de termos de compromisso. Nestes termos, as empresas se comprometem a buscar soluções para seus problemas ambientais com base em metas estabelecidas junto aos órgãos ambientais,

em determinado período de tempo, sob a garantia de fiança. Caso não cumpram, o Estado pode executar a empresa e embolsar a fiança. A CSN, por exemplo, comprometeu-se, por um termo de ajuste de conduta (TAC), a estar em conformidade com a legislação em dois anos. Para isto, planeja investimentos da ordem de R\$180 milhões em controle e prevenção ambientais. O mesmo tipo de acordo está sendo buscado com a Reduc, cuja carga poluidora é estimada em 20% da carga industrial da baía de Guanabara.

Outras maneiras de incentivar o trabalho das empresas na área ambiental têm de ser buscadas; um sistema de balcão único, por exemplo, poderia diminuir os custos e tempo para trâmite para licenciamento de atividades, além de poder tornar o processo mais eficaz na detecção de problemas e mais transparente, diminuindo, assim, possibilidades de corrupção. Empresas teriam regras mais claras para o licenciamento, o que facilitaria o *design* do projeto e a solução de problemas ambientais.

taria o *design* do projeto e a solução de problemas ambientais.

Finalmente, a criação/ampliação de canais participativos junto à sociedade civil poderia ser outra alternativa para tornar o controle de poluição industrial mais eficaz. O controle de muitas das pequenas indústrias que não podem ser fiscalizadas regularmente poderia ser efetivado com a participação das comunidades e de organizações ambientalistas. Estes grupos poderiam ter informações sobre as condições ambientais e ajudar no monitoramento. A divulgação local ajudaria as comunidades a conhecer as condições ambientais e os possíveis riscos a que estariam sujeitas, abrindo um canal para negociação direta com os poluidores para a redução de descargas industriais. As empresas poderiam, também, trabalhar com comunidades e grupos ambientalistas em projetos ambientais e sociais para compensar danos ou impactos ambientais contínuos sobre comunidades vizinhas.

#### Errata RAP n° 3 — maio/jun. 2000

Artigo: Aliança e parceria: uma estratégia em Alves & Cia.

Alterar no parágrafo 4 (quarto), linha 8 (oitto) da página 38. Ao invés de: Foi então que Machado entendeu... para Foi então que Godofredo entendeu...